

PANORAMA SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA E LÍNGUAS MINORITÁRIAS

INDAYA ACUNHA¹; ISABELLA MOZZILLO²

¹*Acadêmia do curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês
da Universidade Federal de Pelotas – letrasufpel6@gmail.com*

²*Professora Titular do Centro de Letras e Comunicação da UFPel,
Orientadora do trabalho – isabellamozzillo@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Pouco se escuta falar em política linguística no âmbito do ensino superior, e quando se passa para o ambiente escolar menos ainda é abordado este assunto. É devido a esse desconhecimento que este trabalho tem por objetivo apresentar, de maneira geral, o que são políticas linguísticas, quais suas facetas, seus agentes, e sua relação intrínseca com a diversidade linguística, e principalmente, com a noção de línguas minoritárias.

Segundo ALTENHOFEN (2013) a proibição de uso de uma língua por um estabelecimento escolar, a decisão da carga horária para o ensino de línguas adicionais no currículo, a decisão de um estabelecimento comercial para contratar empregados que falem determinada língua, a opção de língua na denominação de uma entidade ou estabelecimento comercial, a decisão de uma prefeitura por fixar placas de sinalização bilíngues, a decisão de pais bilíngues transmitirem a língua minoritária aos filhos, a escolha de um linguista descrever uma língua etc; são exemplos de políticas linguísticas. Sendo assim, uma política linguística é toda e qualquer decisão tomada pela sociedade sobre a língua.

Dito isso, é de suma importância desmistificar a ideia que se tem de língua minoritária. Isto é, não se trata apenas de quantidade de falantes, pelo contrário, vai muito além disso. Conforme o trabalho do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL), são línguas de fronteira como o portunhol, línguas crioulas como o quimbumdo, línguas de imigração como o pomerano, línguas nativas como o tupi, línguas de sinais aqui no Brasil reconhecida com libras e por fim, as variedades dialetais da língua portuguesa. De acordo com ALTENHOFEN (2013) o conceito de língua minoritária surge em contraponto ao que é majoritário, ou seja, são línguas que existem à margem de uma língua dominante e é o status político que categoriza uma língua como majoritária ou minoritária. Sendo assim, a discriminação associada a essas línguas não se refere à língua em si, mas sim a uma condição atual. E é por isso que um dos objetivos das políticas linguísticas deve ser a conscientização linguística da população em prol de reconhecer o valor e importância dessas e de todas as línguas existentes.

No Brasil a língua dominante é o Português, e isso se deve ao processo do monolinguismo iniciado em 1757 por Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, secretário de Estado de Portugal, que instituiu através das reformas pombalinas a homogeneização da língua Portuguesa e proibiu a utilização de outras, e em um momento posterior pelas políticas de discriminação e silenciamento das línguas vigentes no país. FREITAG et al. (2023) asseveram que as intervenções estatais levaram a uma perda da diversidade linguística, com a saída de um cenário de multilinguismo funcional para um monolinguismo oficial forçado. Isto significa dizer que no Brasil houve dois momentos em que o perfil multilinguístico do país foi ameaçado pela

institucionalização do monolinguismo; o primeiro diz respeito às línguas nativas antes do período colonial, e o segundo refere-se ao grande fluxo de imigração de estrangeiros, provenientes de diversos países, e pelo contato desses com a diversidade linguística existente aqui durante a Segunda Guerra. Desta forma, fica evidente a diversidade linguística do país, e em razão disso torna-se necessária manutenção desse caráter multilinguístico e ampliação da pluralidade linguística dos cidadãos.

2. METODOLOGIA

O procedimento adotado para a realização deste trabalho ocorreu através de pesquisa bibliográfica durante um mês e reuniões, via plataforma Google Meet, com a orientadora afim de discutir sobre os textos indicados e suas respectivas proposições.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudar sobre a diversidade linguística do país é um tanto difícil, visto que informações importantes de órgãos oficiais, IBGE e FUNAI, apresentam disparidade em seus dados relativos à pesquisa de línguas, conforme FREITAG et al. (2023). Por isso é tão importante que essas pesquisas sejam realizadas por profissionais capacitados para lidar com a dinâmica das línguas, ou seja, o ideal seria que linguistas trabalhassem nesse campo de investigação, e que, a partir dessa política, o caminho para o reconhecimento da diversidade linguística começasse a tomar força.

Como já dito anteriormente, o Brasil é um país multilíngue e por isso a importância da política linguística na promoção de respeito à diversidade não serve apenas para línguas minoritárias ou “garantir voz” a essas comunidades (ALTENHOFEN, 2013), mas também à cultura majoritária a fim de desenvolver a competência plurilíngue. Segundo FREITAG et al. (2023), é preciso assumir que a diversidade linguística é um direito difuso, ou seja, é transindividual, atendendo a uma coletividade.

É pensando nisso que a promoção da diversidade linguística será exemplificada através de duas perspectivas. A primeira refere-se ao papel da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ao legitimar a pluralidade linguística e estabelecer uma relação de não dominância entre as línguas. A segunda acontece por meio da formação de professores para a disseminação e identificação de línguas a favor de proporcionar visibilidade à diversidade linguística. Além disso, programas que propiciem uma imagem positiva das línguas minoritárias e incentivem o plurilinguismo, constituem outro exemplo de promoção e direito à diversidade.

4. CONCLUSÕES

Calvet (2007) afirma que a linguística tem ensinado que as línguas não podem ser decretadas, mas que são produtos da história e da prática dos falantes, que elas evoluem sob pressão de fatores históricos e sociais. Sendo assim, as ações em contexto real (in vivo) e artificial (in vitro) impactam diretamente na aplicação de uma política linguística.

De acordo com ALTENHOFEN (2013), é notável o avanço das políticas inclusivas, como por exemplo, a política de uma educação escolar indígena, o

reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e a ampliação dos espaços das comunidades de fala migrante. Entretanto, não basta só isso; se faz necessário ampliar a capacidade de ensino-aprendizagem de línguas adicionais de tal forma que os eixos familiar, escolar e cultural trabalhem juntos promoção e construção de indivíduos plurilíngues.

Ademais, ter a oportunidade de observar o mundo a partir de diferentes realidades que as línguas constroem, além de ser um patrimônio cultural imaterial, é um direito que todo falante deve possuir.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Contatos, mobilidades e línguas no Brasil. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (orgs.) **Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2023. p. 13-26.

CALVET, Louis-Jean. Os instrumentos do planejamento linguístico. In: CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.